

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

HAGRIVAL SANTOS DA SILVA  
E  
MÁRCIA REIS PEREIRA

**PROGRAMA DE GOVERNO**  
2021-2024

Capinópolis - MG  
2020

HAGRIVAL SANTOS DA SILVA  
E  
MÁRCIA REIS PEREIRA

**PROGRAMA DE GOVERNO**  
2021-2024

Linhas Gerais da Proposta do Programa de Governo de Capinópolis (Gestão: 2021-2024), eleições de 2020 apresentado como requisito para o registro da candidatura a prefeito de Capinópolis-MG.

Capinópolis - MG  
2020

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	5
2.1	EDUCAÇÃO.....	5
2.2	DIRETRIZES GERAIS PARA A CULTURA.....	10
2.3	PROPOSTAS PARA A CULTURA.....	11
2.4	ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER.....	13
2.4.1	AÇÕES PROPOSTAS:.....	13
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.....	16
3.1	ACÇÕES.....	16
4	PROMOÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL.....	19
4.1	POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL.....	19
4.2	AÇÕES NORTEADORAS.....	19
4.3	POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE E DIREITOS DA MULHER..	20
4.4	AÇÕES NORTEADORAS.....	21
5	DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	23
5.1	DIRETRIZES GERAIS.....	23
5.1.1	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	24
5.2	CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	24
5.3	TERCEIRA IDADE.....	26
5.3.1	AÇÕES NORTEADORAS:.....	26
5.4	PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	26
5.4.1	AÇÕES NORTEADORAS.....	26
5.5	ATENDIMENTO AO MIGRANTE.....	28
5.6	AÇÕES NORTEADORAS.....	28
5.7	DEPENDÊNCIA QUÍMICA.....	29
6	DIREITO À VIDA E SAÚDE PARA TODOS.....	30
6.1	AÇÕES NO PLANO POLÍTICO:.....	30
6.2	UM NOVO MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE.....	31
7	SEGURANÇA E DIREITO À CIDADANIA.....	34
7.1	AÇÕES DE CIDADANIA.....	34
7.1.1	AÇÕES NORTEADORAS:.....	35
8	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	36

8.1	PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO .....	36
8.2	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO .....	36
8.3	TRABALHO .....	37
8.3.1	PROPOSTAS:.....	37
8.4	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	39
8.5	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL .....	39
8.5.1	AÇÕES .....	39
9	PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR ..	42
9.1	AGRICULTURA E PECUÁRIA .....	42
9.2	AÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA .....	42
9.2.1	PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR .....	42
9.2.1.1	AÇÕES DE INCENTIVO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	42
9.2.1.2	SEGURANÇA ALIMENTAR X ALIMENTAÇÃO DE QUALIDADE .....	43
9.2.1.2.1	PRIORIDADES.....	44
10	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE .....	46
10.1	PROPOSTAS: .....	46
11	SANEAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.....	48
11.1	AÇÕES .....	48
12	MORADIA E CIDADE (URBANISMO, SERVIÇOS URBANOS).....	49
12.1	AÇÕES NORTEADORAS .....	49
13	TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO E ACESSIBILIDADE.....	50
13.1	PROPOSTAS .....	50
14	GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA PARA O FUNCIONALISMO .....	52
14.1	SERVIDOR PÚBLICO .....	52
15	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54

## 1 APRESENTAÇÃO

Por décadas a elite política de nossa cidade vem se revezando no poder ocupando tanto o comando da Prefeitura, quanto a maioria da Câmara dos Vereadores. O resultado disso é que, ao longo de todo esse tempo, foi administrada de forma a favorecer uma restrita parcela de sua população que sempre se beneficiou dos serviços e "favores" do Poder Público Municipal, enquanto a imensa maioria de nosso povo foi largada à própria sorte, sem acesso adequado à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho. A maior prova e consequência desses anos de descaso do poder público podem ser vista nos jornais, pelo grande crescimento da violência e dos índices de criminalidade, e nas próprias ruas e na periferia da cidade.

Nesta publicação apresentamos a toda à população de CAPINÓPOLIS a íntegra de nosso Programa de Governo, elaborado através da contribuição de várias lideranças políticas e populares, além de outras contribuições colhidas das reuniões com a população nos vários bairros da cidade. Sem prejuízo dos demais tópicos que serão abordados ao longo da campanha através da mídia e demais formas legais de propaganda eleitoral a opção foi por três (3) diretrizes e treze (13) pontos prioritários no nosso Programa de Governo:

As três (3) grandes Diretrizes abordam:

- 1) Inclusão social
- 2) Modernização (Desenvolvimento Sustentável) da cidade
- 3) Democracia e Participação Popular.

Os treze (13) Pontos prioritários são:

- 1) Educação, Cultura, Esporte e Lazer
- 2) Políticas Públicas para a Juventude
- 3) Promoção da Identidade Cultural, combate a todas as formas de discriminação e preconceito;
- 4) Desenvolvimento de políticas públicas de Assistência Social à Terceira Idade, Portadores de Necessidades Especiais e atendimento aos Migrantes;
- 5) Direito à Vida e a Saúde para todos;
- 6) Segurança e Direito à Cidadania;
- 7) Desenvolvimento Econômico e Economia Solidária para a

- geração de Empregos e Renda;
- 8) Produção Agrícola, Pecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar;
  - 9) Políticas de sustentabilidade para o Meio Ambiente;
  - 10) Saneamento e Obras de Infraestrutura para modernização da cidade;
  - 11) Moradia e Cidade (Urbanismo, Serviços Urbanos);
  - 12) Trânsito e Transportes e Acessibilidade
  - 13) Gestão Pública e Política para o Funcionalismo.

## 2 EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

### 2.1 EDUCAÇÃO

A situação da educação no país tem apresentado um crescente grau de problemas, em consequência da aplicação incorreta dos recursos disponíveis e garantidos na constituição, das péssimas condições de trabalho dos educadores e falta de uma política educacional, o que exclui milhões de crianças do direito de aprender e continuar estudando.

A realidade salta à vista nas ruas, nas casas, nos meios de comunicação. A cada dia que passa, cresce o número de crianças abandonadas a perambular por nossas cidades, condenadas à marginalidade e à violência. Percebemos a dificuldade e o enorme desinteresse com que nossas crianças frequentam escolas sem a qualidade necessária para o mundo atual.

A escola torna-se mera transmissora do saber acumulado, acentuando em suas relações, a competição, o individualismo e o consumismo, em detrimento da solidariedade e da formação continuada de valores humanos. Os currículos são, na sua maioria, acrílicos e defasados da relação da posição social dos jovens, tornando-se simples veículos de transmissão de técnicas e não de conhecimento. Pouco tem contribuído para o exercício consciente da cidadania do jovem. Forma-se apenas o cidadão consumista.

Diante desta situação, de imediato, envolveremos toda a população de maneira consciente e organizada para buscar a solução desse problema, construindo um Projeto Político-Pedagógico para a educação no município de CAPINÓPOLIS.

Apesar de CAPINÓPOLIS possuir uma rede satisfatória de escolas públicas, muitas crianças ainda encontram-se fora da sala de aula. Diante disso, buscaremos soluções em conjunto com os órgãos competentes.

A realidade da educação em CAPINÓPOLIS prova que a oferta de vagas nas escolas é mal distribuída. A questão da merenda escolar necessita de adequação em relação às necessidades nutricionais dos alunos. A concepção metodológica e a qualidade do ensino são questionadas pela comunidade escolar. O transporte escolar apresenta problemas que serão analisados e solucionados de

foram eficiente e eficaz.

A nossa proposta de gestão do ensino estará voltada para a Escola Inclusiva, comprometida com a mudança do sistema pedagógico-educacional, trazendo a realidade do aluno para dentro da sala de aula, levando-se em consideração as diversidades culturais e as experiências acumuladas no seu cotidiano. Com isso, os alunos passam a ter uma visão crítica da realidade, criam, participam e não apenas reproduzem o que é ensinado. Neste modelo de gestão escolar, a comunidade é parceira ativa na construção da escola de qualidade, democrática, plural e inclusiva. Com isso, estaremos cuidando melhor das nossas crianças, dos nossos jovens e dos nossos educadores.

Neste sentido propomos:

- Elaborar um grande projeto político-pedagógico junto à população, centrado na inclusão social e no controle do governo pela comunidade e tendo como referência três grandes linhas de atuação: a democratização do acesso ao ensino, a democratização da gestão e dos recursos e a democratização do conhecimento;
- Formular os conteúdos curriculares a partir da ação educativa tendo como base os seguintes pilares: Aprender a Conhecer; Aprender a Viver Juntos; Aprender a Fazer e Aprender a Ser;
- Procurar implantar, progressivamente, em toda rede municipal de ensino a escola de tempo integral;
- Instituir a Conferência Municipal de Educação, Recreação, Esporte e Lazer, visando a efetiva participação da população na elaboração de um projeto político-pedagógico democrático, humanizado e inclusivo para o município;
- Implantar de fato na Rede de Ensino Fundamental a Lei Federal Nº 10.639, que determina a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nesse nível de ensino.
- Implantar um programa de capacitação e aperfeiçoamento para os professores e demais servidores da educação, possibilitando a implantação de novos conceitos de práticas político-pedagógicas;
- Estudar a possibilidade de implantar o projeto Professor de Rua,



para menores em condição de risco extremo;

- Desenvolver um programa de qualificação para os profissionais da supervisão e orientação educacional, visando valorizar esses profissionais no exercício de suas atividades na rede de ensino fundamental;
- Desenvolver todas as ações necessárias, em particular na oferta de uma infraestrutura social adequada, com a finalidade de incluir CAPINÓPOLIS na Rede Mundial das Cidades Educadoras.
- Rever o Plano de Carreira de formar a propiciar incentivo permanente para a qualificação dos professores da rede municipal de ensino nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, com readequação do Plano de Cargos e Salários;
- Contratar para toda a rede municipal de ensino professores recuperadora, com capacitação em psicopedagogia;
- Garantir a participação de todos os segmentos nas decisões e encaminhamentos, com eleições livres para diretores de escola, através de projeto político-pedagógico democrático, inclusivo e emancipador, com o envolvimento efetivo dos pais, alunos, professores e funcionários, respeitando suas formas de organização e negando todas as formas de clientelismo.
- Colocar a educação como eixo de todas as ações da administração municipal, integrando todas as áreas na formação plena do cidadão;
- Ampliar a rede de educação infantil, integrando as creches ao sistema oficial de ensino, e preparando a formação educacional de crianças de 0 a 6 anos, com pessoal qualificado;
- Garantir a aplicação dos 25% destinados à educação, exclusivamente no ensino público;
- Democratizar o Conselho Municipal de Educação com a participação dos educadores e representantes da sociedade civil, com poder de decisão;
- Fortalecer e ampliar o acesso à educação infantil e fundamental na zona rural e distritos, incluindo a ampliação do programa

transporte escolar para a zona rural e os distritos;

- Garantir a mesma qualidade de ensino diurno para o ensino noturno;
- Oferecer cursos profissionalizantes aos alunos com deficiência;
- Ampliar e melhorar, nas escolas, as instalações destinadas com deficiência; respeitando suas prioridades e permitindo reais condições de aprendizagem, com professores especializados e materiais didáticos adequados;
- Ampliar a oferta programas de aceleração da educação para jovens que estão com idade fora do nível educacional e adultos que desejam concluir seus estudos, buscando currículos e metodologias apropriados a sua faixa etária;
- Proporcionar aos estudantes o contato com o mundo trabalho, garantindo acesso ao conhecimento técnico-profissional;
- Dotar a escola rural de calendário e currículos específicos, respeitando as suas necessidades e peculiaridades e a manutenção da qualidade do ensino;
- Reforçar o programa de merenda escolar de qualidade e de hortas nas escolas municipais;
- Desenvolver projetos, nos períodos de férias escolares, que incentivem a recreação, o esporte, a cultura e o lazer;
- Garantir nas escolas materiais didáticos de qualidade e em quantidade suficiente (cesta básica de material escolar e uniforme para as crianças carentes);
- Garantir e melhorar a qualidade do serviço de transporte escolar, com segurança e fiscalização;
- Reestruturar o currículo escolar, incluindo o ensino da informática, a educação ambiental, patrimonial e para o trânsito, educação sexual e convivência na sociedade;
- Democratizar a gestão escolar, com o entendimento de que somente a mais ampla participação dos educadores da comunidade escolar e dos pais de alunos permite repensar corretamente a realidade, respeitando as diferentes experiências. A escola deve ser um espaço de absoluto

exercício da liberdade, permitindo o debate de ideias, a criação de grêmios livres e a participação do sindicato;

- Democratizar os colegiados com a participação paritária da comunidade escolar e garantir eleição direta dos dirigentes escolares. Conceder autonomia da escola na gerência de seus recursos financeiros; Compromisso com a formação educacional das crianças de 0 a 5 anos, ampliando as vagas nas creches existentes, além da abertura de novas unidades nos bairros. Estas creches terão um caráter educativo, além de funcionarem como espaços de experiência que prepare a criança para a pré-escola e o ensino fundamental;
- Implantar uma política de erradicação do analfabetismo sobre a base de uma metodologia que forma o aluno como cidadão crítico e transformador, através de iniciativas em parceria com sindicatos, igrejas, empresas etc;
- Melhorar a qualidade de ensino investindo no aparelhamento técnico, na atualização dos recursos pedagógicos e na melhoria dos recursos didáticos, na informatização das escolas e a inclusão digital de alunos (as) e professores (as);
- Oferecer cursos de ensino não formal complementares ou minicursos de capacitação profissional nos horários vagos da escola municipal, em convênio com as Instituições de Ensino Técnico e Ensino superior (pública e particular) e outras instituições, como forma de promover oportunidades de acesso dos trabalhadores às novas tecnologias e processos de trabalho, elevando a qualidade da mão-de-obra para que ele possa conquistar melhores empregos e salários;
- Dotar todas as escolas públicas municipais com tecnologia de ponta (computador, internet, teleconferência etc), permitindo o acesso aos alunos, profissionais da educação e comunidade;
- Abertura de cursos pré-vestibulares, escolas técnico-profissionalizantes e supletivos;
- Criar um programa de alfabetização de adultos que dê condições a todas as pessoas de alfabetizarem-se através de

uma metodologia adequada;

- Melhorar o horário de atendimento da Rede de Educação Infantil;
- Estreitar os laços entre educação, cultura e esporte;
- Descentralizar os recursos para manutenção das escolas;
- Implantar programa de segurança nas escolas;
- Propor convênio ao governo estadual para otimização dos espaços e melhoria da infraestrutura das escolas estaduais;
- Criar laboratórios, bibliotecas, videotecas, brinquedotecas e salas multimídia;
- Criar projeto de incentivo à leitura, com bibliotecas itinerantes e grupos de contação de histórias;
- Implementar política de valorização de pessoas com deficiência promovendo a inclusão ao ensino regular; garantir a acessibilidade, provendo transporte escolar para estudantes deficientes, estímulos e pistas visuais para os deficientes sensoriais;
- Implantar eficiente programa de Alfabetização de jovens e Adultos;
- Apoiar os pré-vestibulares alternativos;
- Apoiar trabalhos comunitários que buscam a elevação da escolaridade da população;
- Contribuir com iniciativas que visam criar creches ou ampliar vagas nas existentes;
- Apoiar projetos do Conservatório de música;
- Implementar nas escolas programa de combate à qualquer tipo de discriminação;
- Criar e equipar laboratórios por área de conhecimento para a utilização dos professores;

## 2.2 DIRETRIZES GERAIS PARA A CULTURA

A cultura é a expressão e referência máxima de uma sociedade. Todo sentir, pensar e fazer humanos envolve referências culturais. O grau de

engajamento democrático de uma administração equivale ao grau de importância que se dá à esfera cultural, como elemento de reflexão crítica e instrumento primordial na construção da cidadania. O princípio básico para o exercício da democracia da cultura está vinculado à prática da descentralização. Mas democratizar não é só manter e ampliar o acesso aos bens e equipamentos culturais. Democratizar é garantir a gestão coletiva dos bens, recursos e das políticas culturais.

É necessário ressaltar, também, a importância de uma nova visão do patrimônio cultural, definida junto à comunidade e apoiada nas bases: o quê, como, porquê e para quem preservar.

Outra evidência é o pluralismo cultural. No nosso processo de formação estão presentes diversas origens culturais das mais diversas regiões do Brasil e do mundo. Não se trata de buscar uma única identidade, mas é fundamental ressaltar as diferenças e difundi-las, propiciando o autoconhecimento. Ressaltamos a importância das manifestações culturais de nossa cidade como a Congada, a Folia de Reis, a Capoeira e a Cavalgada como patrimônio imaterial de toda a comunidade.

Visando a integração destas políticas, uma concepção moderna e democrática de gestão cultural articulando suas ações com toda a estrutura de governo, inclusive pela importância econômica da cultura na geração de emprego e renda.

Em nossa administração a população avaliará, decidirá e fiscalizará os recursos destinados à cultura. O cumprimento da lei da meia entrada será incentivada em prol da cultura da nossa cidade. Vamos buscar a fomentação de uma cultura como processo diário, não só como eventos isolados e centralizados.

### 2.3 PROPOSTAS PARA A CULTURA

- Realizar um profundo diagnóstico dos espaços e equipamentos culturais, visando adequação, capacitação técnica, ampliação de projetos e recursos e democratizar a sua utilização;
- Dar capacitação a agentes e produtores culturais em suas diversas áreas de atuação, bem como, facilitar seu acesso aos órgãos de fomento e incentivo;

- Implementar uma política cultural para o município de CAPINÓPOLIS , de acordo com demandas e especificidades de caráter permanente, que possa contribuir com a formação de público e com desenvolvimento social e econômico.  
Apoiar decisivamente o patrimônio cultural imaterial do município como a Congada, a Folia de Reis, a Capoeira e Cavalgada, dentre outros.
- Implementar ações sociais que possam articular a cultura como uma forma de ação econômica sustentável;
- Manter constante interlocução com diversidade cultural do nosso município e do Brasil e do Mundo;
- Incentivar, apoiar e ampliar projetos que visem o desenvolvimento de atividades culturais em espaços públicos, tais como em bairros, praças e parques, escolas, poliesportivos;
- Ampliar os recursos do programa municipal de incentivo à cultura, dando possibilidade de ser mais um instrumento de fomentação de uma política cultural definitiva para CAPINÓPOLIS ;
- Desenvolver uma política de intercâmbio cultural com outras instituições, e secretarias, visando à formação e capacitação profissional, troca de experiências e produção cultural e econômica;
- Ampliar o acervo e serviços da Biblioteca Municipal;
- Dotar todas as Escolas Públicas de bibliotecas, permitindo o acesso aos alunos, professores, funcionários e também à comunidade, bem como de bibliotecas virtuais;
- Incentivar eventos que evidenciam as expressões culturais do município;
- Dar continuidade aos projetos, atividades e espaços culturais, respeitando as vocações naturais, visando a formação de público, de forma sistemática e contínua;

## 2.4 ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER

Nossa proposta baseia-se no entendimento de que a atividade física, o esporte, a recreação e o lazer são um direito de todos, independentemente de sua capacidade ou aptidão, de deficiências físicas ou psicológicas. Esses direitos sociais garantidos na Constituição Federal, em seus Artigos 6º e 217º, são meios de emancipação humana na prevenção, manutenção e promoção da saúde e da cidadania. Vamos priorizar os investimentos públicos no atendimento das necessidades dos que mais precisam e que não dispõem de recursos pessoais e familiares.

Esta é uma ação solidária e necessária na definição de um projeto de política pública que venha mostrar à sociedade a importância da atividade física, do esporte, da recreação e do lazer, para a garantia do direito de todos como meios fundamentais para a formação sócio educativa da população, na busca de um estilo de vida ativo com qualidade de vida e como meio de enfrentar vários problemas sociais, como exclusão social, violência, drogas e a fragilidade do sistema público de saúde.

E como meios de combater os problemas acima citados, a Prefeitura organizará suas atividades tendo por base os seguintes princípios: inclusão e participação social, qualificação profissional, ética, e democratização das ações. O esporte nas escolas públicas será uma de nossas prioridades. Vamos investir na construção de espaços, fornecimento de materiais, contratação de instrutores e promoção de competições com premiação dos atletas.

### 2.4.1 Ações propostas:

- Destinar no mínimo de 1% a 2% do orçamento do município para aplicação nas políticas públicas para atividades físicas, esporte, recreação e lazer;
- Melhoria da qualidade de vida da população, através da realização e promoção de atividades físicas e recreativas, adequada à realidade de cada comunidade;
- Democratizar o acesso e a participação nas áreas de esporte e lazer aos portadores de necessidades especiais;

- Integração das atividades físicas, de lazer e de saúde nas ações de saúde pública, privilegiando o aspecto preventivo;
- Garantir espaços públicos e ações de esportes, recreação e lazer em todas as regiões da cidade, possibilitando o acesso a todos os segmentos da população;
- Promover a Revitalização dos equipamentos esportivos e recreativos já existentes garantindo manutenção permanente;
- Criar o Centro Municipal de Formação Esportiva, possibilitando acesso dos jovens à profissionalização esportiva e criar os núcleos de aperfeiçoamento esportivos regionalizados;
- Criar e ampliar as parcerias no esporte de rendimento, alto rendimento e no para-desporto;
- Manter o calendário de eventos esportivos do município em todas as áreas esportivas formais e não formais (esportes olímpicos e não olímpicos);
- Garantir a participação dos atletas de CAPINÓPOLIS e apoiá-los nos JIMI (Jogos do Interior de Minas), JABs (Jogos Abertos Brasileiros) e jogos escolares;
- Investir em ações de esporte e lazer para atender pessoas idosas e portadores de necessidades especiais;
- Criar escolinhas de iniciação esportiva; bem manter e incentivar a ampliação no atendimento;
- Apoiar as entidades e agremiações esportivas, tais como ligas, associações e clubes essencialmente esportivos;
- Realizar no município eventos esportivos municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais, criando um calendário de eventos, favorecendo a indústria do turismo;
- Incentivar a prática da atividade física em praças, com a perspectiva de mudanças de hábitos;
- Priorizar projetos de esporte e lazer que atinjam diretamente a população do município, incentivando a prática de esportes e a confraternização nos locais de lazer;



- Estabelecer parcerias entre o poder público, as instituições da sociedade civil e iniciativa privada em projetos de turismo em geral;
- Incentivar, através de promoções e campeonatos, os esportes mais populares em cada região de CAPINÓPOLIS , criando um clima de integração prazerosa entre a população dos diversos bairros da cidade;
- Criar os jogos interbairros e as olimpíadas da cidade;
- Estabelecer convênios com os clubes para que estes absorvam em suas escolinhas esportivas jovens que não tenham condições socioeconômicas;
- Promover nas praças e parques municipais, durante as manhãs de fins de semana, práticas esportivas com o auxílio de professores de educação física ou estagiários;
- Apoiar os eventos de esporte, recreação e lazer nas ruas fechadas;
- Estimular o ensino do xadrez e dama nas escolas;
- Melhorar a infraestrutura dos parques infantis existentes, e criar parques infantis nos poliesportivos e nas praças;
- Construir nas áreas públicas pistas de skates para acesso gratuito de praticantes do esporte;
- Criar competições e eventos esportivos para portadores de necessidades especiais e Terceira Idade.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

As políticas públicas para os jovens visam assegurar o direito ao ingresso e a permanência na educação, à saúde, à segurança, ao acesso à cultura e a sua inserção no mercado de trabalho. No desenvolvimento dessas políticas é necessário considerar a heterogeneidade das diversas juventudes que vivem em CAPINÓPOLIS para atender suas necessidades.

A Política Municipal para a Juventude será uma das maiores preocupações de nosso governo. Em CAPINÓPOLIS, ainda existe um grande parcela de segundo pesquisa realizada, grande parcela dos jovens, entre 15 e 17 anos, não completaram o ensino fundamental. A assistência para esses jovens será uma das maiores prioridades de nosso governo. A maioria pertence a famílias com renda inferior a dois salários mínimos e não tem emprego.

Esse grupo de jovens será a prioridade do Programa "Bolsa Trabalho" que buscará o resgate de sua cidadania, dando-lhes oportunidades de complementar a educação básica (supletivo de qualidade), ter formação profissional e poder exercer uma atividade ligada a serviços nas áreas culturais, esportivas, ações comunitárias e ambientais no município. Por essa atividade, receberão uma "Bolsa Trabalho". Este programa deverá estar articulado a ações nas áreas de geração de emprego e renda, Economia Solidária, programas culturais, de esporte e lazer, integrando parcerias com o Estado, União, empresas privadas, organizações não governamentais, órgãos sindicais e agências de formação profissional.

#### 3.1 AÇÕES

- Criar a Coordenadoria Municipal de Articulação da Juventude. Que será um espaço para a juventude participar da Administração e onde possam ser desenvolvidas políticas próprias para a juventude, visando cuidar das novas gerações, ampliando o campo de interesse e afastando os das drogas. Canal para a juventude se expressar no Planejamento Participativo.
- Criar Programa Municipal de Empregos para jovens;
- Criar projeto de Educação Sexual;

- Desenvolver política cultural para jovens.
- Promover cursos de formação técnica e profissional para jovens;
- Construir Centro de Internação e Tratamento para dependentes químicos e desenvolver campanhas de prevenção e alerta sobre os riscos do uso de drogas; e garantir apoio estrutural aos grupos de ajuda já existentes;
- Criar o Fórum da Juventude, composto pelas diversas entidades e movimentos de jovens da cidade para formular políticas públicas para o setor;
- Criar o Banco do Primeiro Emprego, para facilitar o acesso dos jovens ao mercado formal de trabalho;
- Incentivar os projetos de rua, com a abertura de espaço para as bandas de música da cidade, bem como o basquete de rua;
- Adotar políticas de prevenção à AIDS e DST's através de campanhas de esclarecimento nas escolas.
- Criar um mutirão de alfabetização de jovens e adultos e apoiar as entidades que promovem cursos, palestras, seminários ligados à educação da juventude.
- Criação da "incubadora de jovens empreendedores", possibilitando dessa forma o acesso aos negócios e ao mercado empreendedor, podendo esse projeto ser articulado entre a cultura e o desenvolvimento econômico;
- Consolidar e ampliar a educação popular e os cursinhos pré-vestibulares alternativos; (podendo ter parcerias para que esses cursinhos aconteçam nas escolas municipais, por exemplo);
- Ampliação do programa transporte escolar para a zona rural;
- Garantir a participação da juventude, através de representantes votados e eleitos, em congressos, conferências e seminários de juventude de entidades estudantis, ligados a ONG's e a projetos de governo;
- Implementar políticas públicas de promoção dos direitos

- sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, incentivando o planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos;
- Fazer o mapa da juventude de CAPINÓPOLIS , (através de convênio ou parcerias com as universidades da cidade); levantando dessa maneira o perfil e as demandas da juventude, bem como fazer um mapa das entidades que trabalham com jovens ou são lideradas por jovens no município;
  - Utilizar a comunicação para promover a inclusão, democratizar informações sobre os direitos e as especificidades dos jovens portadores de necessidades especiais, desmistificando estigmas, garantindo o direito de expressão e maior participação de jovens com necessidades especiais na mídia visando o combate à discriminação;
  - Garantir a implementação e fiscalização das leis estadual, municipal e decretos federais que tratam da inclusão e acessibilidade de jovens portadores de necessidades especiais, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade na diversidade, com direito à participação e formação de jovens portadores de necessidades especiais como líderes e agentes políticos;
  - Garantir o direito do jovem à cidade, em conformidade com o estatuto da cidade, por meio de uma política de habitação de interesse social que proporcione financiamento de moradias para famílias formadas por jovens; no cumprimento da função social da propriedade, da reversão para moradia de interesse social dos imóveis utilizados para fins ilícitos e da simplificação dos processos de regularização fundiária nas terras públicas e privadas, privilegiando famílias formadas por jovens.

## 4 PROMOÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

### 4.1 POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

Formularemos em conjunto com todos os movimentos negros da cidade, políticas compensatórias e afirmativas que promovam social, cultural e economicamente a comunidade negra em nossa cidade, elaborando programas, projetos e ações que tenham como referência a promoção da consciência ética da tolerância para com as diferenças, visando a eliminação de preconceitos, contribuindo assim para a qualificação e a democratização da convivência humana.

CAPINÓPOLIS tem um histórico de luta pela promoção da igualdade racial, infelizmente manchada nos últimos anos, pela falta de transparência e malversação dos recursos públicos, que culminou com o fechamento do CENEG.

### 4.2 AÇÕES NORTEADORAS

- Mostrar historicamente a presença negra em nossa cidade, através do estabelecimento e da legitimação de roteiros culturais e fatos importantes que marcam esta etnia;
- Implementar nas escolas, o estudo da história e da cultura afro-brasileira, de acordo com as determinações da Lei 10.639/2003, complementada e ampliada pela Lei 11.645/2008, para incluir o conhecimento da história das culturas indígenas na formação do povo brasileiro;
- Incentivar círculos de discussão e oficinas de "Direito à Memória", que visam a formação de acervos e a difusão das manifestações da cultura negra.
- Desenvolver campanhas publicitárias de afirmação positiva da imagem dos negros e das negras na sociedade, para elevar a autoestima e conscientizar a população para a igualdade racial;
- Apoiar e realizar encontros e seminários para discutir temas e assuntos da luta contra o racismo e a discriminação racial;

- Criar o conselho municipal de participação dos negros e das negras, com poder deliberativo sobre o planejamento das ações de governo;
- Desenvolver um programa de apoio aos projetos culturais e de ações afirmativas das entidades representativas dos movimentos negros.

#### 4.3 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE E DIREITOS DA MULHER

As mulheres compõem mais da metade da população e da mão-de-obra economicamente ativa no Brasil. Apesar disso, as políticas sociais não reconhecem devidamente o papel da mulher na produção, na gestão da vida da comunidade e na luta pela garantia de direitos fundamentais como saúde, educação, emprego e segurança. Seu acesso ao poder político e econômico está longe de corresponder às suas necessidades de participação social e a sua proporção no contingente populacional.

A presença das mulheres no processo de tomada de decisões, em cargos públicos e mandatos eletivos são muito inferiores ao dos homens. A todas estas formas de discriminação se junta à violência física contra a mulher, associada à violência de um modelo de desenvolvimento que amplia o número dos excluídos sociais.

Historicamente, as ações governamentais não atendem de maneira igual, homens e mulheres. Nossas ações de governo estarão voltadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres e terão por base, a concepção de que as diferenças entre os sexos não podem produzir hierarquias entre os seres humanos, nem tampouco, justificar a discriminação cotidiana na convivência entre homens e mulheres e, muito menos no trabalho, onde é comum que ao ocupar o mesmo cargo a mulher receba de 20 a 30% menos que o homem. Nossa administração buscará a construção de uma CAPINÓPOLIS com cidadãos livres e iguais. Isto pressupõe combater as desigualdades que atingem as mulheres e também combater todas as outras formas de injustiças e exclusão, que atingem a sociedade como um todo.

#### 4.4 AÇÕES NORTEADORAS

- Promover ações voltadas para a implementação de ações de promoção e de defesa dos direitos da mulher;
- Desenvolver ações para garantir o acesso das mulheres carentes, chefes de família e mães solteiras ao Programa Bolsa Família;
- Incentivar a profissionalização das mulheres em áreas tradicionalmente não femininas, criando e ampliando cursos profissionalizantes;
- Implantar programas de orientação, apoio e ré-encaminhamento ao mercado de trabalho para mulheres desempregadas;
- Implementar e apoiar programas de orientação sexual nas escolas municipais
- Implantar programas de qualificação profissional para mulheres, como forma de ajudar a melhorar a renda das famílias carentes.
- Criar horários alternativos dos cursos de alfabetização e qualificação profissional de adultos para garantir o acesso das mulheres trabalhadoras;
- Desenvolver e apoiar estudos e diagnósticos sobre a situação das mulheres, como forma de conscientizar a população;
- Adotar na rede municipal de ensino uma política não discriminatória em todos os níveis;
- Garantir o acesso de mulheres de baixa renda aos programas de distribuição gratuita de medicamentos;
- Fortalecer e ampliar o atendimento social, jurídico, psicológico e de acolhimento para atender mulheres vítimas de violências;
- Apoiar iniciativas de ampliação e qualificação de ações de repressão de crimes contra a Mulher, por meio de gestões junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

- Promover cursos de formação de lideranças comunitárias visando uma eficaz, qualitativa e ampla participação feminina nos postos de decisão da comunidade local, além de outras;
- Alocar recursos para construção de casas abrigos, garantindo a infraestrutura necessária para o funcionamento dessas unidades, fornecendo a Assistência Judiciária e atendimento Médico Legal para as mulheres vítimas de violência;
- Trabalhar em estreita colaboração com as Patrulhas de Atendimento Multidisciplinar para as coibir a violência contra as mulheres;
- Em locais públicos de lazer, parques e jardins, planejar a construção de locais de amamentação e fraldários.



## 5 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CAPINÓPOLIS precisa proporcionar melhores condições de negócios para geração de emprego, saúde, educação e moradia e que contribuam para o desenvolvimento econômico local. Hoje o município passa por sérios problemas sociais como desemprego e o empobrecimento de expressiva parcela da população. A cidade já convive com indicadores sociais que preocupam a todos e demonstram vazios de atendimento que precisam ser melhor conhecidos e transformados.

É preciso buscar uma conscientização de toda a população e envolver todas as Secretarias de Governo, de maneira integrada, para que possamos enfrentar o problema da exclusão social. Não é mais possível esconder os graves problemas sociais existentes em CAPINÓPOLIS .

O município está com mais de 16 mil habitantes e tem quase a mesma infraestrutura de muitos anos atrás, quando tinha bem menos habitantes. Assumimos o compromisso de procurar assegurar a todos os cidadãos e cidadãs residentes em CAPINÓPOLIS, a qualidade de vida como princípio básico da cidadania, e de promover ações para a redução das desigualdades sociais.

### 5.1 DIRETRIZES GERAIS

- Desencadear na cidade uma nova cultura que partilhe responsabilidades sociais e públicas na construção do entendimento de que qualidade de vida inclui a superação da exclusão social;
- Dar visibilidade à exclusão social na cidade e provocar o desejo de enfrentá-la, desenvolvendo um programa integrado de comunicação e sensibilização social para motivar a população a se envolver na resolução do problema;
- Constituir banco de dados único, informatizado, definindo indicadores específicos para cada área, em conjunto com todas as secretarias, para abarcar a realidade dos diversos bairros e regiões do município, a fim de fornecer dados

objetivos para que o governo possa enfrentar o problema da exclusão social.

### 5.1.1 Assistência Social

Os dados disponíveis sobre as condições socioeconômicas de famílias moradoras nos bairros de CAPINÓPOLIS para a persistência da pobreza e da indigência que afligem um grande contingente das famílias residentes em CAPINÓPOLIS . Urge a constituição de um Banco de Dados que permita ao Poder Público Municipal erradicar a pobreza e a indigência em nosso município. A assistência social em nosso governo será tratada, prioritariamente, como política pública de enfrentamento da pobreza, integrada com as demais políticas de emprego e geração de renda, qualificação e requalificação profissional, melhorias habitacionais, atendimento à saúde, educação, segurança, lazer, entre outras.

- Vamos trabalhar tendo como base o mapa de exclusão social do município;
- Criar um plantão de assistência social com a finalidade de atender à população carente que necessita de cestas básicas de alimentação, medicamentos e documentação (registros civis, fotografias, entre outros),
- Criar um centro de triagem e encaminhamento, destinado a abrigar temporariamente o indigente, até a localização de suas famílias ou a sua integração na sociedade;
- Efetuar o pagamento de auxílio funeral e natalidade para a população carente, conforme estabelecido pela (ou criar) Lei Orgânica da Assistência Social;
- Apoiar as entidades de atendimento à população carente (creches, asilos e outros).

### 5.2 CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Vamos aplicar os direitos e os deveres estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Eles serão tratados

- com absoluta prioridade; são crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social e pessoal;
- Criar os Centros de Formação e Orientação da Criança e do Adolescente, integrados e regionalizados, tendo o envolvimento e o acompanhamento de equipes multidisciplinares (psicólogo, assistente social e professor), visando a convivência na sociedade, através do esporte, lazer, cultura e formação de valores humanos, viabilizando, ainda, a iniciação profissional e de novos talentos;
  - Criar Núcleos de Promoção Familiar regionalizados, onde serão desenvolvidos trabalhos de orientação, apoio, encaminhamento e acompanhamento temporário à família, à criança e ao adolescente;
  - Estabelecer parcerias com as entidades de assistências sociais na implementação de seus programas de atendimento;
  - Apoiar serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
  - Criar um serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
  - Promover o atendimento e proteção às crianças e adolescentes em situação de prostituição;
  - Trabalhar com meninos e meninas de rua, realizando atividades psicopedagógicas, de formação profissional, encaminhamento ao ensino formal, ao emprego e a reintegração familiar;
  - Promover o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, com medidas socioeducativas determinadas pela Justiça da Infância e da Juventude;
  - Estabelecer ações integradas e articuladas com as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Meio-Ambiente no atendimento à criança e ao adolescente;
  - Desenvolver ações de acordo com as diretrizes

estabelecidas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### 5.3 TERCEIRA IDADE

Dedicaremos atenção especial aos idosos. Eles serão valorizados e integrados ativamente na vida da comunidade.

#### 5.3.1 Ações Norteadoras:

- Criar o Centro de Atendimento ao Idoso , onde serão oferecidos atendimento especializado (médico, psicológico, fisioterápico, odontológico e social), bem como atividades ocupacionais, recreativas e culturais em período integral; ampliando assim o atendimento ao idoso;
- Ampliar o Projeto Conviver (atividades sócio-culturais, recreativas e de lazer);
- Apoiar as entidades asilares não governamentais;
- Articular com a Secretaria Municipal de Saúde um programa específico de atendimento;
- Criar o programa Sorriso na 3ª. Idade, de tratamento odontológico para toda população na 3ª. Idade.

### 5.4 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Um grande contingente da população de CAPINÓPOLIS é portador de algum tipo de necessidade especial, seja por fatores congênitos ou adquiridos. A Lei Orgânica do Município garante direitos a este segmento que vamos respeitar e fazer cumprir.

#### 5.4.1 Ações Norteadoras

- Criar o Conselho Municipal do Direito da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais;

- Criar a Coordenadoria Municipal de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais;
- Buscar parcerias com os Centros de Excelência, visando a implantação de um centro de reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais, que busque a promoção humana, a inserção no mercado de trabalho e no convívio social;
- Integrar as ações de todas as secretarias municipais, no sentido de cumprir a legislação existente, promovendo o acesso da pessoa portadora de necessidades especiais à cidadania plena e reduzindo ao máximo o assistencialismo;
- Adequar os espaços, logradouros e transporte de uso público para que se tornem mais acessíveis aos portadores de necessidades especiais;
- Ampliar e melhorar a oferta de educação especial nas escolas municipais;
- Oferecer cursos profissionalizantes;
- Incluir o esporte para pessoas portadoras de necessidades especiais, no calendário oficial da Secretaria Municipal de Esportes;
- Estabelecer ações integradas com a Secretaria Municipal de Saúde, criando programas específicos para acompanhamento de gestação de alto risco e de saúde do trabalhador, como formas de prevenção contra risco de aquisição de deficiências;
- Não permitir o funcionamento no Município de nenhum estabelecimento de uso público sem a presença da acessibilidade;
- Garantir acessibilidade em todas as ações governamentais;
- Incentivo à criação de comissões especializadas que possam ajudar o Poder Público na área;
- Facilitar a assinatura de convênios com órgãos e entidades prestadoras de serviços não existentes na estrutura do Município e que sejam essenciais à qualidade de vida das

- peças portadoras de necessidades especiais;
- Organizar de um cadastro municipal de organismos e instituições que oferecem serviços às pessoas com necessidades especiais.

## 5.5 ATENDIMENTO AO MIGRANTE

CAPINÓPOLIS por causa de localização sempre recebeu muitos imigrantes procurando por sonhos não encontrados em suas cidades e por falta de oportunidade também não encontraram aqui. Temos que trabalhar para dar oportunidade e acolher os imigrantes que chegam de forma digna e humanitária.

É nosso objetivo, criar o Centro de Atendimento ao Migrante para atender, mensalmente, o grande número de pessoas que buscam, em CAPINÓPOLIS, melhores condições de vida.

A ausência de qualificação profissional confere a esses migrantes, baixos salários que não lhes permitem adquirir moradia e alimentação suficientes, ficando em situação de pobreza. Excluídos das condições mínimas de bem-estar, acabam caindo na mendicância.

## 5.6 AÇÕES NORTEADORAS

- Adequar a infraestrutura material e humana do Centro de Atendimento ao Migrante, a ser criado, proporcionando-lhes melhores condições de funcionalidade;
- Informatizar este serviço, caracterizando o fluxo migratório de modo a propiciar análise e implantação de programas de atendimento ao migrante;
- Manter convênios com empresas de transporte para a concessão de passagens;
- Criar ou manter convênios com albergues e pensões para abrigo temporário ao migrante;
- Manter intercâmbio de informações com postos de atendimento ao migrante de outros estados e da região, para um trabalho articulado;

- Realizar junto aos empresários um cadastro de vagas de empregos que possam ser oferecidas aos imigrantes, bem como incluí-los nos programas de capacitação garantindo assim uma vida digna a cada imigrante.

## 5.7 DEPENDÊNCIA QUÍMICA

- Buscar a participação de todos os segmentos envolvidos na questão da dependência química e a sociedade, de maneira integrada, objetivando a prevenção, o tratamento ambulatorial de recuperação, a repressão ao tráfico e a reintegração social e familiar;
- Construir um centro de internação e tratamento para dependentes químicos e desenvolver campanhas de prevenção e alerta sobre os riscos do uso de drogas;
- Garantir apoio estrutural aos grupos de ajuda já existentes.

## 6 DIREITO À VIDA E SAÚDE PARA TODOS

O cuidado com a saúde do cidadão é fundamental para garantir uma CAPINÓPOLIS saudável. Vamos oferecer um serviço de saúde pública eficiente e de qualidade, que atenda toda a população do município.

Para alcançar este objetivo, faremos a integração das políticas públicas na esfera do governo federal, estadual e municipal, assegurando melhor qualidade de vida e priorizando programas e ações nas áreas de assistência à saúde, saneamento, segurança, lazer, cultura e outras.

A Prefeitura de CAPINÓPOLIS , através da Secretaria Municipal de Saúde, assumirá a sua responsabilidade legal de coordenar todas as ações de saúde no município.

CAPINÓPOLIS já implantou o Sistema único de Saúde (SUS), passando a controlar e avaliar todas as ações de saúde no município.

A prefeitura é a responsável pela distribuição dos recursos do sistema de saúde e pelo controle e fiscalização dos prestadores de serviços conveniados com o SUS. O planejamento e a distribuição destes recursos devem ser democratizados e transparentes. Vamos garantir o controle social e a humanização dos serviços, com a participação da sociedade, através do Conselho Municipal de Saúde, Conferência Municipal de Saúde e o Orçamento Participativo.

### 6.1 AÇÕES NO PLANO POLÍTICO:

- A Secretaria Municipal de Saúde vai buscar o diálogo permanente com a Universidade Federal do Triângulo e com os demais parceiros da saúde;
- Renegociar o teto financeiro do SUS do município junto ao Governo do Estado e União;
- Negociar junto ao Governo Federal, novos recursos para investimento em saúde no município;
- Construir, no mínimo, duas unidades de UTI, no Hospital de Capinópolis, bem como contratar pessoas qualificadas para atuarem nessas unidades;
- Construir uma unidade de Tomografia Computadorizada,



uma vez que novas realidades pedem novas formas de trabalho. As Tomografias Computadorizadas são dedicadas a cumprir a promessa diagnóstica de forma significativa. Podemos melhorar os cuidados aos pacientes do SUS, com essa tecnologia de qualidade de imagem e aplicações clínicas avançadas.

- Democratizar e garantir o acesso da população ao Sistema Único de Saúde.

## 6.2 UM NOVO MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE

- Humanizar o atendimento nos postos de saúde e Unidades de Atendimento Integrado - cidadão deve ser tratado com ética, respeito;
- Oferecer cursos para os profissionais da área, valorizando-os e preparando-os para atuar com eficiência na saúde pública;
- Elaborar um plano de cargos e salários em que o profissional da saúde se sinta valorizado;
- Disponibilizar a rede municipal como campo de estágio e prestação de serviços para os alunos das universidades locais e outras instituições de recursos humanos para a saúde;
- Criar a central de marcação de consultas e exames por telefone;
- Estabelecer o controle social do sistema de saúde local;
- Manter e ampliar o número de postos de saúde, garantindo atendimento 24 horas;
- Melhorar o atendimento à saúde na zona rural do município, ampliando o serviço nos postos existentes;
- Informatizar todos os centros de saúde, contribuindo para a melhoria no atendimento;
- Ampliar o atendimento de especialidades, estendendo-o a todas as unidades de saúde;

- Ampliar o serviço de odontologia curativa - restauração e programa de prótese na rede municipal de saúde;
- Manter, ampliar e aprimorar o programa odontológico nas escolas;
- Ampliar a capacidade do Laboratório de Análises Clínicas do Município, adequando-o com equipamentos e dando condições para atender toda a rede municipal;
- Adequar e ampliar as ações do serviço de vigilância sanitária para executar as ações de responsabilidade do município;
- Dar suporte às ações do Centro de Controle de Zoonoses;
- Criar a função de ouvidor da saúde, com a responsabilidade de ouvir os cidadãos, levar os problemas às autoridades, encaminhar suas demandas e prestar contas das ações da administração municipal;
- Ampliar o uso do Cartão de Saúde SUS como instrumento de organização do sistema local, não discriminando qualquer cidadão;
- Realizar pesquisas periódicas de avaliação dos serviços de saúde junto aos usuários;
- Criar o Programa de Saúde da Família, composto de equipes multiprofissionais (médicos, auxiliares de enfermagem, psicólogos e assistentes sociais) que atendem as famílias em suas residências;
- Implantar e ampliar programas e ações integradas ao Programa de Saúde da Família, voltadas para os seguintes grupos ou problemas de saúde: idosos, diabéticos, hipertensos, portadores de tuberculose, hanseníase e doenças respiratórias;
- Implantar ações de planejamento familiar, saúde da mulher, gravidez na adolescência, desenvolvimento infantil, câncer, vítimas de violência (inclusive no trânsito), portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, saúde do trabalhador, doenças sexualmente transmissíveis/Aids, transplantados ou candidatos a transplantes; medicina

popular e orientação nutricional na infância.

- Implantar um amplo programa de saúde bucal para a 3ª. Idade.

## **7 SEGURANÇA E DIREITO À CIDADANIA**

Construir um plano estratégico de ação do município para enfrentamento da violência e segurança pública.

Elaborar um Plano Municipal de Segurança Pública, utilizando uma metodologia participativa em sua produção, buscar envolver todas as vozes que quiserem se fazer ouvir sobre a questão, com especial destaque para os moradores das regiões mais afetadas pela violência.

A partir dele, firmaremos compromissos públicos que abordarão desde áreas como a integração de políticas setoriais e atuação da Polícia Militar, através de convênios, em questões como a promoção da cultura de paz, diminuição da sensação de insegurança e combate ao extermínio da juventude em áreas periféricas.

Ademais, com base no Plano, proporemos a criação de um sistema de acompanhamento e controle social das ações municipais de segurança pública. Só assim será possível verificar se as medidas tomadas estão apresentando os resultados esperados, propiciando ajustes nas iniciativas da área.

A violência urbana é multifacetada, fruto de causas diversas. Dessa forma, seu enfrentamento deve se basear em várias frentes de atuação. Uma delas, certamente, é aquela na qual as ações nessa seara também incidem sobre a desigualdade social e a limitação da oferta de serviços públicos básicos. Nesse sentido, políticas que visam à transformação das condições de vida da população por via da promoção de direitos humanos fundamentais devem também ser propostas como medidas de segurança pública. Nesse sentido, a articulação intersetorial, especialmente com as áreas sociais da prefeitura, faz-se necessária.

### **7.1 AÇÕES DE CIDADANIA**

A construção da cidadania exige ações específicas de atendimento às pessoas e de apoio aos movimentos sociais, favorecendo a formação do cidadão como um ser crítico e consciente de seus direitos e deveres, fazendo assim com que o cidadão e a cidadã seja ele ou ela nascido ou não em CAPINÓPOLIS se sintam em casa, como deve ser a essência do exercício da cidadania.

### 7.1.1 Ações Norteadoras:

- Apoiar órgãos e instituições, movimentos sociais e entidades não governamentais, buscando estabelecer parcerias para o desenvolvimento de ações de promoção da cidadania.
- Criar programas de capacitação profissional para população de baixa renda.
- Melhorar as parcerias com as entidades, associações, sindicatos, conselhos municipais, cooperativas, ONGs com uma nova concepção de assistência social.
- Oferecer curso de formação e capacitação para auxiliares de creche;
- Fortalecer fóruns e conselhos de participação popular;
- Fortalecer programas de apoio sócio-familiar. Fornecer suporte técnico às entidades na implementação de seus projetos;
- Expandir os telecentros nas várias regiões de CAPINÓPOLIS , visando a inclusão digital;
- Viabilizar espaços para que as crianças possam brincar e ter acesso a literatura infantil, jogos, parques, jornais e revistas. Viabilizar espaços de convivência para adolescentes e jovens;
- Ampliar programas de redistribuição de renda, associados a programas de geração de trabalho e renda e capacitação profissional;
- Ampliar rede de atendimento ao idoso com programas de Saúde, Educação, Lazer, Moradia;
- Aplicar e fazer valer o Estatuto do Idoso.

## **8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O governo do PT marcará um novo modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. A realização de parcerias responsáveis será decisiva para mobilizar a sociedade, os empresários e os trabalhadores e viabilizarmos nosso projeto de desenvolvimento. CAPINÓPOLIS se desenvolverá econômica e socialmente, trazendo para a população qualidade de vida e tranquilidade para viver, trabalhar e produzir em uma cidade próspera e segura. O papel do executivo municipal será de indutor do desenvolvimento, que articula os setores produtivos locais, disponibiliza um conjunto de suporte técnico-científico, fortalecer as micro, pequenas, médias e grandes empresas e contribui para a atração de novos investimentos.

O PT tem consciência da importância do município de CAPINÓPOLIS para a região e exercerá sua liderança para resolver os problemas da nossa cidade e contribuir com a região. Nesse sentido é fundamental o fortalecimento da AMVAP. Além de trabalhar para que mais empresas venham e permaneçam em CAPINÓPOLIS, nosso projeto de desenvolvimento se articula em políticas sociais e garantia de direitos, promovendo geração de emprego e renda, educação, cultura e esporte como dimensão e condição de nosso desenvolvimento.

### **8.1 PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO**

- Investir nas políticas de geração de emprego, trabalho e renda e na capacitação profissional;
- Apoiar a Agricultura Familiar para que tenha condições de produção e comercialização.

### **8.2 INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO**

- Apoiar as entidades dos setores de comércio, serviços, indústria, agricultura e pecuária no intuito de aumentar a produção local;
- Buscar, junto ao governo federal, estadual e agências nacionais e internacionais, recursos para fundos locais e

- regionais de desenvolvimento;
- Trabalhar em conjunto com os setores produtivos, governos federal e estadual para viabilizar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção e a distribuição de mercadorias;
  - Criar núcleo para articular demandas do setor produtivo com os setores produtores de conhecimentos;
  - Integrar as ações de governo, para dar agilidade aos processos;
  - Criar núcleo de apoio às empresas, com especial atenção para a micro, pequena e média, sem deixar de lado as grandes empresas;
  - Apoiar o agronegócio, responsável por diretamente por colocar CAPINÓPOLIS no cenário mundial do agronegócio.

### 8.3 TRABALHO

O problema do desemprego tem um caráter conjuntural e estrutural em função da globalização dos mercados e das inovações tecnológicas. Esta realidade tem reflexos em CAPINÓPOLIS. Dados do Cadastro Geral de Empregados/Desempregados, fornecidos pelo Ministério do Trabalho, apontam uma retração de postos de trabalho no mercado formal, em CAPINÓPOLIS , nos últimos anos.

É prioritário o estabelecimento de políticas de geração de emprego e renda para aqueles que não tiveram a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho ou que vivem na informalidade. Desenvolveremos ações de educação profissional, contribuindo para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e comprometidos com a construção da cidadania e da Sustentabilidade Ambiental.

#### 8.3.1 Propostas:

- Realizar pesquisas e estudos sobre emprego, desemprego, salário, qualificação e requalificação profissional, com o

objetivo de buscar elementos para a formulação de políticas voltadas para o setor;

- Articular ações nos diversos níveis de governo, universidades, escolas técnicas, organizações não governamentais em parceria com o capital privado para ampliação das oportunidades de profissionalização, requalificação do trabalhador desempregado para exercer uma nova profissão;
- Garantir incentivos fiscais e creditícios a novas formas produtivas, associações, cooperativas, economia solidária e organizações não governamentais, articulando a geração de emprego e renda, com a preservação ambiental e a produção e difusão cultural do nosso patrimônio histórico e imaterial, com ênfase especial no turismo, na diversificação do uso da terra, desenvolvimento da cultura regional e defesa do meio ambiente;
- Implantar uma política permanente de atração de novas empresas e recursos para o município;
- Criar um sistema público municipal de emprego em parcerias com órgãos estaduais, federais, associações de empresas, sindicatos e trabalhadores, visando otimizar o atendimento aos desempregados;
- Apoiar as microunidades de produção, incentivando as atividades associativistas e de participação na produção e comercialização de bens e serviços;
- Estimular a produção de hortifrutigranjeiros;
- Apoiar as entidades sindicais do município nas zonas urbana e rural;
- Desenvolver ações de estudos, pesquisas e atividades educativas que visem a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores, numa ação integrada com a Secretaria Municipal de Saúde.



## 8.4 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

- Criação de um fundo municipal de Economia Solidária;
- Organização de grupos populares formais e informais para geração de emprego e renda;
- Realização de convênios com o governo federal para a construção de centro público para a economia solidária;
- Realização de consórcios públicos para atender a economia solidária;
- Articular o desenvolvimento do Banco Municipal de Empregos;
- Criar Programa Municipal de Emprego para jovens, articulado com o Programa 1º Emprego.

## 8.5 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

É prioritário o estabelecimento de políticas de geração de emprego e renda para aqueles que não tiveram a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho ou que vivem na informalidade. Em nossa gestão, a cidade terá educação profissional, voltada para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e comprometidos com a construção da cidadania. Vários programas serão apoiados em nossa administração, valorizando a qualificação profissional e o acesso ao primeiro emprego.

### 8.5.1 Ações

- Criar um núcleo de planejamento e desenvolvimento econômico, com o objetivo de auxiliar a prefeitura na adoção de políticas de atração de empresas e reestruturação da estrutura produtiva local;
- Criar um núcleo de pesquisas para adoção de práticas modernas de gestão municipal, que buscará assessorar a prefeitura a aumentar a eficiência do sistema público, melhorando a alocação dos recursos da prefeitura e na

- melhor transparência das instituições municipais.
- Articular o desenvolvimento do Banco Municipal de Empregos.
  - Articular as bases para CAPINÓPOLIS se consolidar como polo tecnológico científico-universitário e cultural.
  - Realizar pesquisas e estudos sobre emprego, desemprego, salário, qualificação e requalificação profissional, com o objetivo de buscar elementos para a formulação de políticas voltadas para o setor;
  - Articular ações nos diversos níveis de governo e formular parceria com a iniciativa privada para ampliação das oportunidades de profissionalização, requalificação profissional e novos empregos.
  - Garantir incentivos fiscais e creditícios a novas formas produtivas, associações, cooperativas, economia solidária e organizações não governamentais, articulando a geração de emprego e renda, a preservação ambiental e a produção e difusão cultural, com ênfase especial no turismo, na diversificação do uso da terra, no desenvolvimento da cultura regional e na defesa do meio ambiente.
  - Criar um sistema público municipal de emprego em parceria com órgãos estaduais, federais, associações de empresas, sindicatos e trabalhadores, visando otimizar o atendimento aos desempregados.
  - Apoiar as microunidades de produção, incentivando as atividades associativistas e cooperativas na produção e comercialização de bens e serviços.
  - Estimular a produção de hortifrutigranjeiros em parceria com a Secretaria de Agricultura.
  - Desenvolver programas que garantam a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores, numa ação integrada com a Secretaria Municipal de Saúde.
  - Investir nas políticas de geração de emprego, trabalho e renda e na capacitação profissional.

- Apoiar as entidades dos setores de comércio, serviços, indústria, agricultura e pecuária na implementação de arranjos produtivos locais.
- Trabalhar em conjunto com os setores produtivos, Governos Federal e Estadual para viabilizar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção e a distribuição de mercadorias.
- Criar um núcleo para articular demandas do setor produtivo com os setores produtores de conhecimentos.
- Integrar as ações de governo, para dar agilidade aos processos de abertura de empresas e licenciamentos.
- Criar um núcleo de apoio às empresas, com especial atenção para a micro, pequena e média.
- Apoiar o agronegócio, responsável por cadeias produtivas importantes no município.
- Implantar programa de revitalização da área central da cidade.
- Organizar grupos populares para geração de emprego e renda por meio das práticas do cooperativismo nas áreas da produção, dos serviços e da cultura, educação, construção civil, agricultura familiar etc.
- Criar Programa Municipal de Emprego para Jovens, articulado com o Programa 1º Emprego.

## **9 PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR**

### **9.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA**

A agropecuária é um dos principais vetores do desenvolvimento de CAPINÓPOLIS . É um setor dinâmico e inovador que terá todo o nosso apoio para a contínua inserção internacional do agronegócio do município.

### **9.2 AÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA**

- Apoiar a agroindústria;
- Estimular a criação de selo para produtos de nossa região;
- Incentivar a agricultura orgânica, fazendo com que chegue a mesa produtos saudáveis a preço acessível;
- Apoiar as ações dos governos federal e estadual no controle sanitário dos animais e plantas;
- Apoiar e facilitar as parcerias entre a agricultura familiar e os empresários da avicultura e suinocultura;
- Apoiar a construção de curvas de níveis nas pequenas propriedades, evitando erosão nas propriedades;

#### **9.2.1 Produção Agrícola e Agricultura Familiar**

A pequena e média produção e a agricultura familiar do nosso município poderiam desenvolver-se mais, mas faltam-lhes as condições técnicas, financeiras e de infraestrutura. Pelo seu potencial na geração de emprego e renda, terá no nosso governo uma atenção especial com um conjunto articulado de políticas que permita-lhe maior produtividade e competitividade no mercado.

##### **9.2.1.1 Ações de incentivo para a Agricultura Familiar**

- Fornecer a infraestrutura administrativa da prefeitura para apoiar a agricultura familiar;
- Atuar para dirimir a dívida social do governo com os

- produtores familiares;
- Incentivar o Associativismo e o Cooperativista entre os Produtores Familiares,
  - Criação de um porto de calcário em parceria com a iniciativa privada para facilitar o acesso do pequeno e médio produtor rural aos insumos para produzir mais e com qualidade;
  - Valorizar os Conselhos Comunitários Rurais, criando referência nas escolas municipais rurais;
  - Reativar as unidades produtivas comunitárias no município de CAPINÓPOLIS ;
  - Apoiar a agroindústria para agregar valor aos produtos da agricultura familiar;
  - Implantar para a agricultura familiar um programa de assistência técnica integral, permanente, multidisciplinar e proativa em parceria com órgãos federais e estaduais;
  - Priorizar a agricultura familiar nas compras governamentais;
  - Criar Banco de Mudanças e Sementes para atender a produção em pequena escala;
  - Estender para área rural as políticas sociais;
  - Garantir infraestrutura e serviços públicos às novas famílias e agricultores que estão se instalando em CAPINÓPOLIS;
  - Investir em infraestrutura no campo: estradas, mata-burros, pontes, utilizando os recursos da Cide para a zona rural;
  - Aprimorar o programa de segurança no campo;
  - Procurar obter recursos dos programas do Ministério da Agricultura para os produtores rurais de CAPINÓPOLIS;
  - Trabalhar para que CAPINÓPOLIS se firme como polo de produção de biocombustível;

#### 9.2.1.2 Segurança Alimentar X Alimentação de Qualidade

Segurança alimentar e nutricional sustentável é garantir a todos os cidadãos e a todo momento o acesso por aquisição ou produção própria ao alimento e a uma alimentação adequada, suficiente e de qualidade. A nossa gestão apoiará e

incentivará o aumento da produção agrícola local, através de projetos de financiamento e garantia de preços mínimos aos micro e pequenos produtores da região.

Em CAPINÓPOLIS a pobreza e a fome sempre foram tratadas de maneira superficial, o que camuflou a gravidade desses problemas. A política de segurança alimentar deve enfrentar de maneira emergencial os problemas que não podem esperar, como a fome, mas atacando a raiz da questão: a pobreza.

Elaboraremos e implementaremos o Programa Municipal de Desenvolvimento Social e de Segurança Alimentar, com políticas estruturantes para viabilizar a inclusão social, e políticas emergenciais para as situações mais graves de pobreza extrema.

#### *9.2.1.2.1 Prioridades*

- Apoiar as hortas comunitárias, escolares e domiciliares;
- Criar o Banco de Alimentos;
- Estabelecer amplo programa de abastecimento da cidade e região, tendo como foco a modernização e eficiência de toda a cadeia - produção, agroindústria, estocagem e comercialização;
- Apoiar a criação de Cozinhas Comunitárias;
- Associar política de combate à fome com política de alimentação escolar;
- Estabelecimento de uma política municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável;
- Ampliar a assistência para ampliação da produção rural voltadas fundamentalmente para o produtor de alimentos da cesta básica;
- Ampliar e modernizar "patrulhas rurais mecanizadas" para prestar serviços de plantio e colheita aos micro e pequenos produtores rurais a preço de custo;
- Incentivar o desenvolvimento de hortas caseiras e comunitárias, através de assistência técnica e fornecimento de sementes e adubo orgânico pela Prefeitura;

- Desenvolver uma política de melhoria da qualidade da produção através da disseminação de técnicas não contaminadoras, a fim de preservar a saúde do produtor e do consumidor bem como a proteção do meio ambiente;
- Estabelecimento de uma política de segurança alimentar nos níveis emergencial, a curto prazo, e estrutural, a longo prazo, em parceria com a iniciativa privada;

## 10 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE

O meio ambiente se constitui num elemento essencial da concepção de desenvolvimento com qualidade de vida. CAPINÓPOLIS deve ser mais agradável, acolhedora e propiciar segurança, trabalho, saúde, educação e moradia. Em nosso governo o a preservação do Meio Ambiente terá a máxima prioridade. Vamos incentivar o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

O eixo prioritário de nosso governo será o de propor e executar uma política ambiental urbana e rural que garanta todo cidadão e cidadã o seu direito de viver de forma adequada e em ambiente saudável.

### 10.1 PROPOSTAS:

- Elaborar novo Diagnóstico do Meio Ambiente da Bacia Hidrográfica no município de CAPINÓPOLIS, com a participação de todas as Secretarias de Governo e a Sociedade Civil;
- Planejar a despoluição e recuperação dos córregos, nascentes, veredas da área urbana e rural e onde for viável, criar parques públicos junto às suas margens, respeitando o que determina a legislação ambiental;
- Arborizar todas as avenidas, praças com plantas e de forma adequada a área urbana, "novos loteamentos" valorizando as espécies nativas da nossa região;
- Recuperar e equipar as praças e áreas verdes já existentes, para realização de eventos artísticos e culturais;
- Implantar novas praças, parques e áreas verdes, com atenção especial para os novos bairros e aqueles desprovidos destes espaços;
- Desenvolver programas de Educação Ambiental, em conformidade com A LDB - em parceria com as Secretarias de Educação, visando ao atendimento prioritário de crianças e adolescentes, sua participação efetiva em atividades de implantação e conservação de áreas verdes;



- Fortalecer o controle social das políticas ambientais realizando a cada dois anos a conferência municipal de meio ambiente;
- Tornar a fiscalização municipal eficiente e integrá-la às ações fiscalizadoras em níveis federal, estadual e do Ministério Público;
- Controlar e fiscalizar a poluição aérea, sonora e visual da cidade, especialmente na área central;
- Controlar e fiscalizar a poluição industrial, no transporte coletivo, transporte de carga, de acordo com a legislação ambiental existente;
- Coibir a realização de queimadas no perímetro urbano e na zona rural;
- Criar canais de participação da população nas questões ambientais;
- Discutir com a população os projetos e empreendimentos do município que possam causar impacto socioambiental;
- Recuperar áreas de matas ciliares e nascentes já degradadas da Bacia hidrográfica da qual Capinópolis é município integrante;
- Atualizar o zoneamento agroecológico do município, por meio de um programa de micro bacias, para a preservação dos recursos hídricos e sustentabilidade das atividades agropecuárias, através de um amplo projeto de recuperação das veredas e matas ciliares;
- Criar uma política de parques e áreas verdes, especialmente dando atenção para a criação do cinturão verde de CAPINÓPOLIS em parceria com a comunidade e a iniciativa privada;
- Implantar um programa de reciclagem de materiais e reaproveitamento de resíduos da construção civil, objetivando a redução de custos de construções populares;

## 11 SANEAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CAPINÓPOLIS recebe grande fluxo de pessoas vindas de cidades vizinhas e de outros estados. Aqui, a especulação imobiliária gerou um nível de ocupação do solo de forma descontínua e rarefeita. Como consequência, a cidade apresenta-se com imensos vazios urbanos entre áreas ocupadas, acentuando a segregação social e elevando o custo com infraestrutura e equipamentos.

No geral, a cidade requer maiores cuidados quanto ao seu patrimônio arquitetônico, paisagístico e ambiental. A população terá o direito e a responsabilidade de participar da definição do uso dos recursos que se destinam à infraestrutura e equipamentos para construir uma cidade mais agradável, humana e democrática.

### 11.1 AÇÕES

- Implantação de Estações de tratamento de águas pluviais;
- Conceder recursos às associações de bairro e comunitárias para manutenção de praças, parques e áreas verdes ;
- Revitalizar a área central, ampliando sua utilização como espaço democrático e de convívio social, assegurando sua referência para moradia, serviço, comércio e lazer, garantindo assim sua diversidade de uso;
- Incentivar o aproveitamento das áreas ociosas no perímetro urbano;
- Criar nos bairros intermediários, referências físicas, por meio de elementos que marquem seus espaços urbanos;
- Buscar recursos para realizar obras que possam interligar os bairros proporcionando maior interação entre os mesmos;
- Discutir com a população, os projetos e empreendimentos do município que possam causar impacto socioambiental;
- Manter sempre um trabalho preventivo de tapa buraco em nossas vias;
- Realizar limpeza de lotes vagos cobrando no IPTU do proprietário o valor do serviço realizado.

## **12 MORADIA E CIDADE (URBANISMO, SERVIÇOS URBANOS)**

Implantaremos uma política habitacional, na perspectiva de garantir o direito à moradia digna, uma vez que morar é um direito fundamental do ser humano. Conselho Municipal de Habitação Popular será criado, buscando a democratização de sua composição e gestão, fortalecendo o Fundo Municipal de Habitação, via dotação na lei orçamentária.

### **12.1 AÇÕES NORTEADORAS**

- Melhorar a qualidade da moradia. Vamos adotar as orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), que apresenta como condições adequadas para se morar, o atendimento de três requisitos fundamentais: segurança (título de propriedade), salubridade (infraestrutura de saneamento básico) e serviços básicos (atendimento médico, escola próxima e coleta regular de lixo);
- Implantar programas de moradia adequados às várias faixas salariais;
- Implantar programas de moradia junto ao Governo do Estado e Caixa Econômica Federal (CEF), adequada para idosos e portadores de necessidades especiais, em áreas carentes;
- Criar o programa de lotes urbanizados, incluindo assistência técnica e material de construção subsidiado e financiado para a população carente;
- Criar serviço de orientação e apoio às pessoas que buscam financiamento para aquisição da casa própria;
- Incentivar pesquisas e buscar formas alternativas de construção popular, como reciclagem de entulhos da construção civil, solo-cimento, entre outras;
- Incentivar cooperativas habitacionais;
- Buscar recursos junto às agências nacionais e internacionais para enfrentar as questões referentes à habitação.

## 13 TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO E ACESSIBILIDADE

Para nós, o trânsito deve fluir naturalmente, sem esforço ou sofrimento, com rapidez e segurança, permitindo a integração tranquila das várias regiões da cidade. O transporte deve ser seguro, limpo, agradável, rápido e eficiente. Desta forma, durante o nosso governo, o sistema de trânsito e transporte será discutido com a comunidade, de forma que a estruturação urbana seja adequada à concepção de desenvolvimento com qualidade de vida.

### 13.1 PROPOSTAS

- Regulamentação dos chamados transportes públicos alternativos;
- Reordenar o espaço urbano, democratizando a sua utilização e romper com a primazia dada ao automóvel na circulação. Alcançar padrões internacionais de segurança e conforto no trânsito em geral e nos transportes coletivos e de carga. A Administração Municipal fará uso sistemático de sua prerrogativa constitucional de gerenciar o trânsito, o transporte de cargas e a utilização das vias públicas;
- Gerenciar cotidianamente o processo de circulação de veículos com auxílio da Secretaria Municipal de Transportes e da Polícia Militar, visando máxima fluidez e segurança de pedestres e veículos;
- Melhorar a qualidade da sinalização horizontal e vertical, a fim de propiciar ao usuário a melhor informação possível;
- Disciplinar as operações de carga e descarga em área urbana, com fixação de horários e de vias de acesso;
- Desvincular as atividades de execução de fiscalização, a fim de garantir a autonomia da fiscalização;
- Educação para o trânsito na pré-escola e Ensino Fundamental;
- Executar o serviço de pavimentação e recapeamento asfáltico onde for necessário;

- Criar um programa voltado para a educação, prevenção e combate à violência no trânsito, que envolva motoristas e pedestres;
- Implantar um programa de reordenamento de toda a engenharia de tráfego no centro da cidade;
- Desenvolver um trabalho conjunto com os órgãos responsáveis pela fiscalização e policiamento do trânsito, visando racionalizar o serviço;
- Estudar obras estruturantes de mobilidade para as principais vias da cidade;
- Reorganizar as áreas para estacionamento.

## 14 GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA PARA O FUNCIONALISMO

### 14.1 SERVIDOR PÚBLICO

- Integrar as áreas de fiscalização da Prefeitura, garantindo maior eficiência e transparência nas ações;
- Exigir das empresas contratadas pela Prefeitura o cumprimento das cláusulas que tratam das condições de trabalho dos funcionários, bem como do fornecimento de equipamentos de proteção individual;
- Garantir o fornecimento de EPIs para todos os servidores que dependam do seu uso nas atividades dos diversos setores da Prefeitura;
- Criar canais de participação entre a população e a administração, democratizando o acesso às informações no âmbito da administração pública;
- Rever a política de desenvolvimento de sistemas, procedimentos e rotinas, originalmente desenvolvida para atender necessidades dos funcionários, voltando sua ação prioritariamente para o atendimento das necessidades do usuário;
- Instalar postos de atendimento descentralizados para que o munícipe utilize os serviços e obtenha acesso às informações da Prefeitura; [Portal da Transparência]
- Disponibilizar na Internet as informações da Prefeitura tais como orçamento, projetos, serviços, salários e gastos de cada secretaria;
- Garantir, nas bibliotecas, escolas públicas e outros espaços, o acesso à tecnologia e às grandes redes de comunicação;
- Garantir que todos os direitos estabelecidos de cargos e salário ao funcionalismo público municipal;
- Garantir acesso à saúde, para que possam estando bem exercer melhor e com mais qualidade o atendimento à

população como um todo;

- Realizar anualmente festa em homenagem ao dia do funcionário público dando-lhe o devido valor pelo trabalho que exerce, fazer parceria com empresas privadas para premiar os que mais se destacarem;
- Instituir um Plano de Cargos e Salários para o Funcionalismo Público Municipal.

## **15 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em termos práticos, nosso plano de gestão cotará com ampla participação da sociedade civil, ao qual será incumbida a missão de envolver um conjunto expressivo de cidadãos e cidadãs, seja na elaboração dos editais de apoio que possivelmente serão lançados ou mesmo no monitoramento e avaliação das parcerias que vierem a ser feitas pela prefeitura com entidades públicas e privadas.